



**Universidade de Brasília - UnB**  
**Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE**  
**Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA**  
**Curso de Ciências Contábeis**

**Brasil, servidão financeira e dívida**

**Mateus Lensen de Oliveira Carvalho**

**Brasília, junho de 2016**

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo

Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo

Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Júnior

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antonio de França

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Jomar Miranda Rodrigues

Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais – Diurno

Professora Doutora Diana Vaz de Lima

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais - Noturno

**MATEUS LENSEN DE OLIVEIRA CARVALHO**

**Brasil, servidão financeira e dívida**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília, como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e consequente obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira Lima

**Brasília, junho de 2016**

**MATEUS LENSEN DE OLIVEIRA CARVALHO**

**Brasil, servidão financeira e dívida**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Monografia) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília, como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e consequente obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Carlos Alberto Ferreira Lima

---

---

CARVALHO, Mateus Lensen de Oliveira

Título do trabalho: Brasil, Servidão Financeira e Dívida /Mateus Lensen de  
Oliveira Carvalho -- Brasília, 2016.

43 páginas

Orientador(a): Prof. Carlos Alberto Ferreira Lima

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Graduação) – Universidade de  
Brasília, 1º Semestre letivo de 2016.

## **Resumo**

Este ensaio teórico procura compreender e apresentar a influência da financeirização da economia sobre os gastos sociais. A esfera financeira ao assumir a dianteira no comando da economia mundial cria uma infinidade de instrumentos financeiros sem qualquer lastro, totalmente desvinculada da esfera produtiva. O pagamento de juros passa a ser a prioridade do governo brasileiro, os cortes de gastos para a realização de sucessivos superávits primários atingem em cheio os gastos sociais e o país passa a viver sob um estágio de exceção econômica que parece não ter fim.

**Palavras-chave:** Financeirização, dívida pública, juros, gastos sociais.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>A FINANCEIRIZAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>O BRASIL COMO PLATAFORMA DE VALORIZAÇÃO FINANCEIRA ...</b>	<b>16</b>
<b>A INFLAÇÃO E A DÍVIDA PÚBLICA.....</b>	<b>27</b>
<b>O SISTEMA DA DÍVIDA.....</b>	<b>28</b>
<b>A PRIMAZIA DO JURO NO ORÇAMENTO PÚBLICO .....</b>	<b>32</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

Lapyda (2011), mostra que, desde a década de 1970 a economia mundial enfrenta um processo de financeirização, levando o capitalismo a um novo estágio. Desde então, o mercado financeiro ganha a cada dia mais poder no sistema econômico. O crescimento de ativos financeiros tem superado sobremaneira o crescimento do setor produtivo, criando uma espécie de capital sem nenhum lastro físico, capital meramente especulativo.

Esse novo estágio das economias capitalistas se desenvolveu sob um forte discurso de liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros, possuindo como aliados organismos internacionais, tais como o FMI e o Banco Mundial, criando uma ditadura dos credores. (TOUSSANT, 2002)

As mudanças ocorridas levaram a uma verdadeira inversão de prioridades dos gastos públicos. O poder ilimitado do mercado financeiro além de elevar os rendimentos dos credores, os colocou como prioritários em relação aos demais gastos governamentais.

Esse processo promoveu diversas alterações no Brasil, com enormes consequências para a sociedade brasileira, das quais podemos citar: o Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a nova Lei de Falências, o Sistema de Controle de Metas de Inflação e a Desvinculação das Receitas da União. Dentre os argumentos apresentados pelos governantes para aprovação e implantação de tais medidas podemos citar: controle da inflação, melhorias da gestão pública, credibilidade no mercado internacional e retomada de investimentos.

Com as inúmeras alterações ocorridas, os juros da dívida pública passam a ter prioridade nos gastos públicos. A partir de então, todo o esforço governamental em controlar gastos se justifica com a necessidade de pagamento de juros, drenando recursos que poderiam ser alocados em gastos sociais.

Após as inúmeras alterações ocorridas, quais foram os resultados alcançados? O Brasil alcançou o tão desejado desenvolvimento econômico ou se transformou em mera plataforma de valorização financeira? E a dívida pública? Quanto o Brasil paga de juros aos rentistas?

### **1.1 Objetivo Geral**

A dívida pública deveria funcionar como vetor de desenvolvimento econômico. Os Estados lançariam mão do endividamento sempre que fossem necessários recursos para reforçar investimentos prioritários. O trabalho tem como objetivo geral apresentar a influência do processo de financeirização sobre os gastos sociais.



## 1.2 Justificativa

A discussão sobre o processo de financeirização da economia, a dívida pública, pagamento de juros, de amortização da dívida, políticas macroeconômicas de cunho acentuadamente social como, por exemplo, a previdência social, a educação, ciência e tecnologia se constituem em pontos nevrálgicos para melhor entendermos a *agonia* do sistema. Com uma dívida crescente, a parcela de juros paga compromete cada vez mais o orçamento do país.

O trabalho justifica-se até pelo emblemático crescimento da dívida que, ao contrário do que imaginamos, sequer representa ingresso de recursos nos cofres públicos, recursos que serviriam para investimentos em saneamento básico, educação, saúde etc... . O que se nota, é que a dívida pública hoje funciona muito mais como um mecanismo de subserviência do Estado brasileiro ao capital financeiro.

## 1.3 Metodologia

O trabalho se desenvolve, principalmente através de pesquisa bibliográfica, onde, através da análise de renomados estudiosos sobre o assunto, se buscará o entendimento sobre os questionamentos apresentados. Além do mais, o trabalho utilizará dados secundários de instituições brasileiras reconhecidas como, por exemplo, IBGE, IPEA, Banco Central etc.

Lima (2013) explica que o processo de financeirização é a forma pela qual o capitalismo contemporâneo consegue ainda dinamizar-se na areia movediça do mundo do capital. Na fase atual, como demonstrado neste trabalho, o capital fictício suga o mais-valor produzido pelo capital produtivo diminuindo sobremaneira as bases de sustentação e desenvolvimento da relação capital. A primeira vista, fenomenicamente, parece que o capital tem se desenvolvido mas, a um olhar mais atento, a crise que grassa na economia capitalista mostra a essência deste, ou seja, metodologicamente denuncia que o acúmulo quantitativo de contradições levou ao antagonismo socioeconômico que assistimos hoje.

O trabalho apontará conexões entre o processo de financeirização e a situação atual do Estado brasileiro. Neste particular, a premissa metodológica é a de que apesar da teoria neoliberal defender um Estado minimalista, na verdade, mais do que nunca, a imprescindibilidade do Leviatã se apresenta de forma virulenta e necessária. A esse respeito, analisaremos algumas alterações ocorridas ao longo das últimas décadas e os seus resultados para a sociedade.

## 2 DISCUSSÃO TEÓRICA

### 2.1 A FINANCEIRIZAÇÃO

Segundo Lapyda (2011) a partir da década de 1970 temos visto um processo de financeirização da economia mundial. Esse processo inicia uma nova fase do capitalismo, onde as transações e mercados financeiros ganham força no sistema econômico mundial.

A riqueza só pode ser gerada através da produção, no entanto, nessa nova fase, o comando da distribuição dessa riqueza passa da esfera produtiva para a esfera financeira. Nesse sentido enuncia François Chesnais (1996, p15) *“é na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza”*

Galbraith (2010), ao comentar a crise de 1929, ensina que o melhor remédio contra a repetição dos acontecimentos reside na sua perfeita compreensão, a identificação dos erros, para que os mesmos não sejam cometidos no futuro. O que vemos, no entanto, é algo muito parecido com aquilo que ocorreu no início do século XX. Por volta de 1920, a economia americana começou a entrar em colapso. A crescente dificuldade de valorização fez o capital migrar dos setores produtivos para atividades especulativas. Este movimento elevou a cotação dos títulos da bolsa, elevação totalmente desvinculada da expansão da atividade produtiva, sendo mera especulação.

Galbraith relata ainda que no outono de 1929 a produção industrial começou a entrar em depressão. Com a queda do setor produtivo, ocorreu a descida do mercado de ações. A baixa do mercado começou a refletir a mudança já visível no setor industrial.

O mercado de ações deveria refletir, com algum retardo de tempo, a imagem da situação econômica do setor produtivo, no entanto, chega um determinado momento em que o mercado de ações deixa de ser este espelho e passa a ter vida própria, passando a ser baseado apenas em especulações de mercado (HILFERDING, 1970).

Com a quebra do mercado de ações causado pela alta especulação financeira, brechas e falta de critérios impostos pelo governo, os EUA entraram na conhecida grande depressão. A economia congelou, a população sofreu e o crescimento do país ficou estagnado.

Campos (2011), ensina que, neste momento, ocorre uma mudança estrutural na produção, que passa a ser dinamizada por não-mercadorias (produtos bélicos, espaciais, militarização, serviços, etc.).

O Estado assume o lugar dos trabalhadores assalariados na cadeia de consumo. O lucro da minoria capitalista passa a ser mantido, a partir de agora, pelo consumo de não-mercadorias pelo governo.

Nesse sentido Campos mostra que enquanto as despesas pessoais de consumo passam de 85,6 bilhões de dólares em 1929 a 115,3 bilhões de dólares em 1945, os gastos do governo norte americano em bens e serviços (não-mercadorias e setor terciário) passam de 76 bilhões de dólares em 1929 para o patamar de 288,7 bilhões de dólares em 1945. Ou seja, para garantir o consumo, o governo passa a gastar, financiando-se principalmente com dívida.

Essa saída para a crise foi baseada especialmente no estudo do economista inglês John Maynard Keynes, que, em 1926, postulou uma teoria que rompia totalmente com a ideia do liberalismo, afirmando que o Estado deveria sim, interferir na sociedade, na economia e em quantas áreas achasse necessário.

Cancian (2007) explica que o modelo do Estado intervencionista keynesiano, ou Estado do Bem-Estar Social (Welfare State) foi adotado por muitos países após o fim da Segunda Guerra Mundial, já que a interferência estatal era, para o autor inglês, essencial para a recuperação do mundo no pós-guerra. Seu desenvolvimento está intimamente relacionado ao processo de industrialização e os problemas sociais gerados a partir dele. A Grã-Bretanha foi o país que se destacou na construção do Estado de Bem-estar com a aprovação, em 1942, de uma série de providências nas áreas da saúde e escolarização. Nas décadas seguintes, outros países seguiriam essa direção.

O capitalismo volta a tomar fôlego, resolve-se temporariamente o problema. No entanto, por volta da década de 1970, esse modelo começa a encontrar dificuldades. Este movimento de regulação e intervenção do Estado na economia, especialmente após a segunda guerra mundial, fez com que durante trinta anos, conhecidos como “os anos de ouro do capitalismo”, a economia se desenvolvesse em todo o mundo (PAULANI, 2008).

Harvey (2012), relata que o desemprego nos países centrais chegou a níveis tão baixos que, na década de 1960, houve escassez de mão de obra, tanto na Europa quanto nos EUA. A solução encontrada foi então estimular a imigração de mão-de-obra dos países periféricos ou buscar novas tecnologias para o processo de produção.

Mas, ainda na década de 1960, começaram a surgir os primeiros sinais de continuidade do processo de acumulação. Como absorver montantes de capitais excedentes cada vez maiores?

Nesse “período de ouro do capitalismo”, o crescimento da economia mundial era puxada basicamente pelo Estado norte-americano, especialmente sobre a batuta dos ideais keynesianos e sob a influência da guerra fria, onde os Estados Unidos se colocavam como potência hegemônica. Além disso, eram ainda detentores do monopólio da produção do meio de pagamento internacional, a moeda universal, o dólar. (PAULANI, 2008).

Até a primeira guerra mundial, vigorava o padrão ouro, as instituições financeiras de cada país adotavam uma taxa fixa para suas moedas em relação a ele. Essa política começou a entrar em declínio com a 1ª Guerra Mundial. “*os meios de pagamento emitidos durante a primeira guerra mundial, bem como a dívida acumulada pelos principais estados beligerantes para financiar os combates, acarretaram a crise do padrão-ouro, antes que a crise de 1929 viesse enterrá-lo definitivamente.*” (CHESNAIS, 1996, p249).

Fez-se então necessária a criação de um novo sistema monetário internacional. Em 1944, durante a conferência de Bretton Woods, já com os EUA consolidados como país hegemônico, adota-se o “padrão dólar-ouro”, baseado na convicção de que era necessário restabelecer, da forma mais completa possível, a existência de uma moeda internacional. Este acordo previa que os demais Estados deveriam acumular dólares como reserva, enquanto os Estados Unidos acumulariam as reservas de ouro. Aqui, o dólar transformava-se na principal moeda de troca para pagamentos internacionais e a partir daí, todos os outros países teriam um valor fixo para sua moeda frente à americana (CHESNAIS, 1996).

Durante os “anos dourados do capitalismo”, a economia americana, em franco crescimento, funcionava como uma espécie de locomotiva da economia mundial. “*a atmosfera de guerra fria e a aceitação das ideias de Keynes empurravam os Estados Unidos, desde o pós-guerra, a essa política de elevado crescimento interno e de estímulo ao crescimento do mundo capitalista como um todo*”. (PAULANI, 2008, p112).

Dessa forma, os Estados Unidos possuíam um duplo papel no cenário mundial. Primeiro, eram responsáveis pelo crescimento da economia mundial, e segundo, eram os detentores da moeda que funcionava como meio de pagamento internacional. O problema, era a relação nominalmente fixa entre dólar e ouro. Esse padrão, acabou por retirar do governo norte americano graus de liberdade na condução da sua política econômica. (PAULANI, 2008).

Com o dólar valorizado setores produtivos da economia norte americana começam a ser pressionados por competidores externos, aumentando a pressão sobre o governo para que ocorresse a desvalorização da moeda (PAULANI, 2008).

Além disso, a balança comercial dos Estados Unidos começava a apresentar déficits cada vez maiores. A consequência disso foi um aumento significativo da dívida externa dos Estados Unidos com uma redução das reservas norte americanas em ouro (CHESNAIS, 1996).

Envolvidos em uma dispendiosa guerra contra o Vietnã e na corrida espacial, por conta da guerra fria contra a extinta União Soviética, os Estados Unidos apresentam um déficit orçamentário cada vez maior. A situação começa a ficar insustentável

A criação desenfreada de meios monetários para financiar a emissão de bônus do Tesouro tornou insustentável a manutenção da paridade dólar-ouro. A partir de 1965, o duplo déficit do orçamento e dos pagamentos externos, agravado pelo financiamento da guerra do Vietnã, traduziu-se por emissão de dólares, cuja conversão ao ouro era pleiteada imediatamente pelos outros países. As reservas de Fort Knox estavam se esvaziando. (CHESNAIS, 1996, p250).

Como medida para enfrentar a situação, em agosto de 1971, os Estados Unidos, através do presidente Richard Nixon, rompe unilateralmente com o acordo de Breton Woods e começa a emitir dólares, desvalorizando a moeda. Com a emissão de moeda sem nenhum controle, os americanos influenciaram fortemente o excesso de liquidez Internacional (FATTORELLI, 2013).

Começa a tomar forma uma nova fase do capitalismo, onde as transações e mercados financeiros ganham força no sistema econômico mundial, trazendo inúmeras alterações nas relações sociais entre sociedade e Estado, especialmente em países periféricos, que se tornam reféns de mecanismos internacionais a serviço dos grandes especuladores. (FATTORELLI, 2013).

No início da década de 1970, os preços dos principais insumos industriais haviam explodido. Aliado a isso, em 1973, ocorre a crise do petróleo (PAULANI, 2008). Com o fim da paridade dólar-ouro e consequente desvalorização da moeda estadunidense no mercado mundial, o petróleo, a mais importante matéria prima, cotada em dólares, perde seu valor quando comparada ao ouro. A OPEP então resolve agir, impondo aumento substancial ao preço do barril do petróleo.

Ocorre então uma enxurrada de dólares para os países produtores do ouro negro, fazendo surgir os petrodólares. Dessa forma, grandes excedentes de dólares ficaram na mão de estados do golfo devido a alta do preço do petróleo. Esse excedente acaba reciclado em bancos de investimento, também em busca de valorização (PAULANI, 2008).

Temos assistido desde então uma série de transformações que assinalam o declínio do regime de acumulação baseado na produção, e o início de uma nova fase do capitalismo (CHESNAIS, 2013). A característica principal dessa nova forma consiste em um movimento de financeirização do capital, com transações financeiras totalmente desvinculadas das atividades produtivas.

Nessa nova etapa do capitalismo, tanto a liberalização quanto a desregulamentação dos mercados financeiros foram essenciais. Organismos Internacionais como, por exemplo, o FMI, exercem grande pressão política exigindo ajustes estruturais especialmente em países periféricos (FATTORELLI, 2013).

O capital especulativo possui como uma de suas características principais o fato de ser de curto prazo, volátil. Dessa forma, ele necessita de uma excessiva liberdade de circulação. Surge então uma forte pressão pela desregulamentação, reduzindo ou eliminando os controles de capitais existentes (FATTORELLI, 2013).

No fim da década de 1970, no Estados Unidos, Ronald Reagan e na Inglaterra, Margaret Thatcher trabalham nitidamente em prol do capital financeiro, adotando políticas de desregulamentação e liberalização financeiras (PAULANI, 2008).

Para ilustrar a mudança no rumo dos investimentos, partindo da esfera produtiva para a financeira, Chesnais, mostra, utilizando dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que *“de 1980 a 1992, a taxa média de crescimento anual dos estoques de ativos financeiros foi 2,6 vezes maior do que a formação bruta de capital fixo do setor privado dos países da OCDE”*. (CHESNAIS, 1996, p14).

Ilan Lapyda (2011) APUD Paulani (2009), mostra que por volta de 1980, para um estoque mundial de ativos financeiros de cerca de US\$ 12 trilhões e um PNB mundial de US\$ 11,8 trilhões, chegamos ao ano de 2006 a um estoque mundial de ativos financeiros de cerca de US\$ 167 trilhões e um PNB mundial de US\$ 48,8 trilhões. Enquanto o estoque de ativos financeiros cresceu cerca de 1292%, a produção de riqueza cresceu apenas 314%.

O capital excedente, em busca de valorização, encontra destino especialmente nos países periféricos. Estados em início de industrialização, ou simplesmente financiando a implantação de ditaduras, tomam grandes quantias de empréstimos aos bancos de investimentos, a taxas flexíveis, determinadas, pelos detentores do capital. É o que ocorre no Brasil a partir da ditadura civil-militar, implantada em abril de 1964. (TOUSSAINT, 2002).

Paulani (2011) argumenta que os países devedores, em busca de credibilidade perante os credores externos seguem a risca esta cartilha, como se não existisse outra opção. Qualquer

passo na direção contrária o governo perde a tal credibilidade. Dessa forma, *“A política monetária fica atrelada às metas inflacionárias: a fiscal aos superávits; e a cambial é comandada pelo próprio mercado”* (PAULANI, 2011, p16).

## 2.2 O BRASIL COMO PLATAFORMA DE VALORIZAÇÃO FINANCEIRA

O excesso de capital que não encontrava valorização suficiente no setor produtivo, alojados em bancos de investimento, encontrou abrigo nos países periféricos, entre eles o Brasil. Com um processo de industrialização ainda no início, os países da América Latina apresentam um forte crescimento do endividamento na década de 1970, seguido de elevação das taxas de juros internacionais pelos mesmos organismos que emprestaram o capital (FATTORELLI, 2013).

Isso ocasionou, na década de 1980, uma grave crise financeira nos países tomadores de empréstimos. Essa crise abriu espaço para interferência de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FATTORELLI, 2013).

Como o Brasil da década de 1980 ainda não estava preparado de forma adequada para desempenhar o seu papel como plataforma de valorização financeira (PAULANI, 2008). Medidas eram necessárias para que ocorresse tal transformação e permitisse a inclusão do Brasil no circuito internacional das finanças de forma definitiva.

Em primeiro lugar, as altas taxas de inflação produziam abruptas oscilações nos preços. *“Naquelas condições, complicava-se sobremaneira o calculo financeiro que comanda a arbitragem com moedas e a especulação que visa a ganhos com moeda forte”*. (PAULANI, 2008, p93).

Além disso, a política cambial brasileira era fortemente centralizada e regulada. Dessa forma, além dos ganhos serem incertos, os ganhos financeiros, quando existentes, teriam dificuldades para se colocarem a salvo em caso de turbulências (PAULANI, 2008).

Leda Paulani levanta ainda um terceiro problema, qual seja, com a alta inflação, era praticamente impossível o controle de gastos do Estado. A dificuldade era quantificar a real dimensão dos gastos públicos.

Tendo em vista o caráter rentista desse tipo de acumulação, e considerando que uma de suas bases mais importantes é a dívida pública, a anarquia dos gastos públicos produzida pela alta inflação era uma complicação e tanto, pois precarizava a extração de renda real que deve valorizar esse “capital caído do céu”, em que se constituem esses papéis. (PAULANI, 2008, P94)

Mas não era só isso, o discurso neoliberal, renascido durante a crise de 1970, veio por fim ao Estado intervencionista. No Brasil, o tamanho do Estado apresentava-se também como



entreve à valorização do capital financeiro, como controlar os gastos públicos em um Estado demasiado grande? Como garantir retorno financeiro aos emprestadores?

E ainda, as leis vigentes no Brasil não inspiravam confiança aos negócios. Para isso, era necessária uma ampla reforma nas leis brasileiras de forma a garantir a preferência dos rentistas na distribuição da riqueza brasileira, .

Como convencer os capitais da seriedade do país na disposição de impulsionar o ganho financeiro com uma legislação que, em caso de colapso empresarial, punha à frente dos direitos dos credores financeiros os direitos dos empregados e os direitos do Estado? Como garantir que os recursos do Estado seriam prioritariamente canalizados para honrar os compromissos financeiros se os governantes não eram submetidos a um rigoroso controle de suas ações? (PAULANI, 2008, p94)

A história começa a mudar ainda com a Constituição Federal de 1988, criando-se, a partir de então uma série de privilégios legais. Vejamos:

O artigo 166 da Constituição da República determina que:

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

(...)

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

(...)

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

(...)

b) serviço da dívida;

Embora entendimento consagrado no direito financeiro afirme que toda despesa pública deve trazer consigo, no orçamento que estiver prevista, a fonte, e o montante dos recursos a ela destinada, tal princípio não se aplica quando os recursos são destinados ao pagamento da dívida pública. Sendo assim, garante-se aos credores do Estado brasileiro um privilégio único, pois garante de forma indiscriminada, o pagamento aos credores.

Mas isso não era o bastante. Como garantir o retorno dos investimentos se não havia controle dos gastos pelos governantes? A solução veio com o advento da Lei Complementar nº 101 de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LRF. Aprovada sob o condão de dar mais transparência à gestão pública, ela não trata de desvio de recurso, malversação de dinheiro

público ou corrupção. Este dispositivo acabou simplesmente por estabelecer uma hierarquia nos gastos públicos, colocando em primeiro lugar o credor financeiro. (FATTORELLI, 2012).

A LRF é resultado de imposição do FMI ao governo brasileiro, impondo uma severa austeridade fiscal com o intuito de garantir o pagamento de juros aos credores. O objetivo principal é tão somente um rigoroso controle dos gastos públicos, gerando uma economia de recursos, o Superávit Primário, destinado a garantir a confiança dos credores de que o Estado está comprometido em honrar seus compromissos. (FATTORELLI, 2012).

Mas e em caso de falência? Como afirmamos acima, os empregados tinham preferência ante os credores. A lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 veio para garantir o direito dos credores. O artigo 83 da referida lei limita a preferência dos créditos trabalhistas a cento e cinquenta salários mínimos, enviando o excedente aos demais credores, embora se mantenham os empregados como os primeiros da fila. Para garantir retorno financeiro aos credores, retira-se direito dos trabalhadores. Além disso, a dívida financeira toma lugar das dívidas com o governo, que antes se posicionavam logo após os créditos trabalhistas, sendo alçada ao segundo lugar, à frente das dívidas tributárias (PAULANI, 2008).

Vejamos agora outros aspectos. Primeiro, o tamanho do Estado. Com a ascensão do discurso neoliberal, era urgente que o Estado brasileiro tivesse o seu tamanho diminuído. Com a vitória de Collor nas eleições de 1989, este discurso começa a virar realidade.

No entanto, Collor não teve tempo de realizar o que pretendia devido ao processo de impedimento pelo qual foi retirado da Presidência da República. Mas, seu sucessor, Itamar Franco, tratou de dar continuidade ao processo e continuaram em voga as discussões sobre a redução do tamanho do Estado, privatizações, controle de gastos públicos e abertura econômica (PAULANI, 2008).

O primeiro passo foi a desregulamentação do mercado financeiro brasileiro e a abertura do fluxo internacional de capitais. Em 1992, o Banco Central promove a abertura financeira do país. Partindo das contas chamadas CC5, que eram contas previstas na Carta Circular nº 5, editada pelo Banco Central em 1969, que regulamentava as contas em moeda nacional mantidas no País, e exclusivas para não residentes, O BACEN abriu a possibilidade de qualquer agente remeter recursos em moeda forte ao exterior, bastando para tanto depositar recursos em moeda doméstica na conta de uma instituição financeira não residente (PAULANI, 2008).

Com a abertura financeira, tornava-se imperativo resolver o problema das altas taxas de inflação. O problema começa a ser resolvido quando Fernando Henrique Cardoso, ministro Economia do governo Itamar Franco, implanta o Plano Real (PAULANI, 2008).

Paulani (2008), explica ainda que inicialmente vendido como um programa de estabilização da economia, o Plano representa na verdade a inserção do Brasil no circuito internacional da valorização financeira. Mesmo com a abertura financeira, o Brasil ainda não se mostrava atrativo para o mercado externo devido às altas taxas de inflação, que se não fossem domadas dificultariam sobremaneira o jogo dos capitais especulativos.

Em primeiro lugar, o Plano Real resolveu o problema que impedia o país de operar como plataforma de valorização financeira, a inflação. Mesmo após a abertura econômica, as altas taxas de inflação atrapalhavam o jogo da especulação financeira. Em seguida, o Plano abriu espaço para uma série de outras medidas tomadas durante o governo de FHC.

A abertura da economia, as privatizações, a manutenção da sobrevalorização da moeda brasileira, a elevação inédita da taxa real de juros, tudo passou a ser justificado pela necessidade de preservar a estabilidade monetária conquistada pelo Plano Real. (PAULANI, 2008, p97)

Lima (2013), mostra que o plano real fez com que a dinâmica econômica nacional fosse dominada e integrada à dinâmica internacional de forma subserviente. De acordo com o autor, (2013, p110) *“Os pólos dinâmicos da economia brasileira vão pertencer às empresas transnacionais. A penetração dessas empresas provocou a falência de empresas nacionais e sua absorção por empresas estrangeiras. São 32 setores que deixarão de funcionar”*.

Nesse ponto, o Plano Real garantiu a demanda para os bens de luxo. Os países hegemônicos, com crise de sobreprodução e insuficiência de demanda, encontram alento na economia brasileira.

Esse Plano se constituiu em mais uma violência contra o povo brasileiro, na medida em que a política macroeconômica levada a cabo pelo Estado nacional implicou congelamento salarial dos trabalhadores a fim de que a elite e a “classe média” alta pudessem realizaras mercadorias sobreacumuladas nos países hegemônicos. Tratava-se, então, de cooptar, de obter o apoio da maioria da população, e para fazê-lo o governo procurou satanizar a inflação, colocando-a como um monstro que a tudo devorava e que, portanto, ao debelá-la todos saíam ganhando: povo, empresários e governo. Todos unidos na construção de um Brasil mais forte. (LIMA, 2013, p110)

Ainda com o argumento de controle da inflação, em 21 de junho de 1999 o Decreto de número 3088 institui o chamado regime de “metas de inflação”. Obviamente, todos são favoráveis ao controle inflacionário, visto que a inflação funciona como uma espécie de imposto que corrói especialmente os salários das camadas mais pobres, mas o referido decreto alçou a política monetária – taxa de juros – como o principal instrumento de controle da inflação, delegando ao Banco Central a execução das políticas monetárias necessárias para o cumprimento das metas fixadas.

Interessante notar que a adoção da taxa de juros como o principal instrumento da política de combate à inflação vai de encontro ao que dizem os dados oficiais sobre a inflação.

Dados do IBGE sobre inflação de janeiro de 2011, por exemplo, comprovam que 73% da inflação verificada no período e medida pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – foi causado por problemas de oferta de alimentos ou por preços administrados pelo próprio governo. Na expressiva parcela de 73% está considerada a variação dos preços de alimentação, taxa de água e esgoto, transporte público, combustíveis de veículos, educação, plano de saúde, energia elétrica, telefonia, serviços bancários (FATTORELLI, 2013, P47)

Sendo assim, a elevada taxa de juros praticada desde a adoção do regime de metas de inflação tem pouca ou nenhuma eficácia sobre o tipo de inflação que nós enfrentamos. A alta taxa de juros, acreditamos, teria efeito se nossa inflação fosse relacionada à demanda, no entanto, como vimos acima, nosso caso é inflação de custo.

O aludido regime de metas foi adotado no país sob a influência do FMI, para o qual a inflação enfrentada por aqui era proveniente de excesso de demanda: *“a inflação seria um produto de excesso de massa monetária e não um produto de conflito distributivo. Esse fato faria com que os preços das mercadorias subissem por causa da insuficiente oferta, já que haveria demasiada demanda devido ao excesso de massa monetária”*. (Lima, 2013, p111).

Ainda preparando o país para que o mesmo se transformasse em plataforma de valorização financeira, Fernando Henrique Cardoso inicia uma série de alterações no sistema previdenciário brasileiro. Sob o argumento, ainda hoje alardeado pela grande mídia, de déficits cada vez maiores na previdência, que acabariam por sufocar o Estado.

Estudo elaborado por Gentil (2016) mostra que o suposto déficit da previdência social não passa de pura falácia. A reformulação proposta, de viés privatizante, visa unicamente atender aos interesses rentistas, tal qual preconizado pelo Banco Mundial e FMI.

Segundo Gentil (2016) mostra que a previdência social apresenta, entre 2007 e 2015, constantes superávits, mesmo após as seguidas desonerações tributárias nos últimos cinco anos, conforme quadro 1.

Quadro 1: Receitas e Despesas da Previdência Social

Receitas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Receita Previdenciária</b>	<b>140.493</b>	<b>163.355</b>	<b>182.008</b>	<b>211.968</b>	<b>245.892</b>	<b>278.173</b>	<b>308.557</b>	<b>337.553</b>	<b>364.396</b>
CSLL	34.411	42.502	43.592	45.754	57.845	57.488	65.732	65.547	61.382
COFINS	102.463	120.094	116.759	140.023	159.891	181.555	201.527	194.549	201.673
PIS/PASEP	26.709	30.830	31.031	40.373	42.023	47.778	51.065	51.955	53.781
CPMF	36.483	3.058	2.497	3.148	3.414	3.765	0	0	5
Receitas de órgão da seguridade	14.255	13.528	14.173	14.883	16.873	20.044	10.923	7.415	20.534
Contrapartida do Orçamento Fiscal p EPU	1.766	2.048	2.015	2.136	2.256	1.774	1.273	1.391	2.226
<b>Receita Total da Seguridade</b>	<b>356.580</b>	<b>375.415</b>	<b>392.075</b>	<b>458.285</b>	<b>528.194</b>	<b>590.577</b>	<b>639.077</b>	<b>658.410</b>	<b>703.997</b>
<b>Despesas</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>Benefícios Previdenciários</b>	<b>182.575</b>	<b>199.562</b>	<b>224.876</b>	<b>254.859</b>	<b>281.438</b>	<b>316.590</b>	<b>357.003</b>	<b>402.087</b>	<b>436.090</b>
Benefícios LOAS e RMV	14.192	15.641	18.712	22.234	25.116	30.324	34.323	38.447	42.538
Bolsa Família e Outras Transferências	8.756	10.605	11.877	13.493	16.767	20.530	23.997	26.156	26.921
EPU	1.766	2.048	2.015	2.136	2.256	1.774	1.273	1.439	2.226
FAT (Seguro Desemprego, abono, etc.)	17.957	21.416	27.742	29.755	34.738	40.491	46.561	51.833	48.686
Ministério da Saúde	45.212	50.270	58.270	61.965	72.332	80.063	84.412	83.935	102.206
Ministério do Desenvolvimento Social	2.278	2.600	2.746	3.425	4.033	5.669	6.719	3.986	5.389
Ministério da Previdência	4.496	4.755	6.265	6.482	6.767	7.171	7.280	5.188	8.197
Outras Ações da Seguridade	3.365	3.819	6.692	7.260	7.552	9.824	9.824	9.824	11.655
<b>Despesa Total da Seguridade</b>	<b>280.596</b>	<b>310.716</b>	<b>359.195</b>	<b>401.609</b>	<b>450.999</b>	<b>512.436</b>	<b>571.392</b>	<b>622.895</b>	<b>683.908</b>
<b>Resultado da Seguridade</b>	<b>75.984</b>	<b>64.699</b>	<b>32.880</b>	<b>56.676</b>	<b>77.195</b>	<b>78.141</b>	<b>67.685</b>	<b>35.515</b>	<b>20.089</b>

Gentil, Denise (2016)

Em recente reportagem da revista Carta Capital, a autora afirma que:

“O resultado do encontro do total de receitas e despesas é amplamente superavitário, incluídos os gastos administrativos com pessoal, custeio e pagamento da dívida de cada setor. O superávit foi de 56,7 bilhões de reais em 2010, 78,1 bilhões em 2012, 56,4 bilhões em 2014 e 20,1 bilhões em 2015, apesar das enormes desonerações tributárias realizadas nos últimos cinco anos”.

A principal consequência das mudanças foi o fortalecimento do mercado de previdência privada, a muito tempo desejado pelo mercado financeiro, que passa a ser necessária para complementar renda em uma futura aposentadoria.

Diferentemente do que ocorre no regime de partição simples, o mercado privado de previdência é baseado no regime de capitalização, não solidário, onde cada participante responde apenas por si e tem retorno proporcional à sua capacidade de contribuição (Paulani, 2011).

Aos gestores de tais fundos, cabe administrar os recursos depositados de modo a garantir o rendimento financeiro necessário a para honrar compromissos futuros com os participantes. *“Sendo assim, esse regime busca maior liquidez no menor período de tempo e com o menor risco possível, o que torna os títulos de renda fixa, particularmente os títulos da dívida pública, os ativos por excelência de seus portfólios”*. (PAULANI, 2011, p98).

Embora os títulos da dívida pública representem certa tranquilidade, garantem um bom retorno com um risco pequeno, os ativos baseados exclusivamente em títulos públicos não garantem o alcance da taxa mínima necessária aos pagamentos futuros, tornando necessária a aplicação dos recursos em renda variável.

Quando estes fundos investem em renda variável (ações), há uma busca por papéis que apresentem maior capacidade de valorização. *“Esses papéis são hoje aqueles pertencentes às empresas que melhor executam os programas de downsizing, de terceirização e de flexibilização de mão-de-obra.”* (PAULANI, 2011, p98).

Paulani (2011) argumenta que os fundos jogam no sentido contrário do crescimento de emprego, visto que se baseiam em altas taxas de juros, redução de mão-de-obra formalmente empregada e queda do rendimento médio dos trabalhadores.

O resultado dessa mudança começa a aparecer. A crise financeira iniciada em 2007 provocou efeitos no sistema previdenciário complementar. Depois de registrar superávits em suas carteiras no período de 2003 a 2008, os fundos de pensão passaram a viver momentos difíceis, por conta do forte impacto da retração do mercado acionário, apresentando uma queda no patrimônio de investimento com a desvalorização dos recursos aplicados no mercado acionário.

Boletim Mensal da Fundação dos Economiários da Caixa Econômica Federal (FUNCEF), analisando dados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, mostra que, no ano de 2014, a soma dos resultados negativos das fundações deficitárias, calculada em R\$35,4 bilhões, superou o total dos saldos positivos das

fundações superavitárias, de R\$ 27,6 bilhões, ou seja, aquilo que foi criado para gerar patrimônio aos trabalhadores na verdade funciona como mecanismo para absorver parte da crise financeira, “socializando” prejuízos com os trabalhadores.

Como mais um passo para transformação do Brasil em plataforma de valorização financeira, o governo instituiu a DRU, a Desvinculação de Receitas da União (PAULANI, 2008). Esta é um mecanismo que permite ao governo federal usar livremente 30%, após recente alteração, de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. A principal fonte de recursos da DRU são as contribuições sociais, que respondem a cerca de 90% do montante desvinculado. Criada em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE), essa desvinculação foi instituída sob o argumento de estabilizar a economia logo após o Plano Real. No ano 2000, o nome foi trocado para Desvinculação de Receitas da União.

De acordo com o deputado federal Arnaldo Faria de Sá, em matéria publicada na Carta Capital, esse desvio de recursos da saúde, assistência social e previdência social pode chegar, em 2016, 120 bilhões de reais. Dinheiro este que servirá, principalmente, ao pagamento de dívida pública que se retroalimenta.

Na prática, permite que o governo aplique os recursos destinados a áreas como educação, saúde e previdência social em qualquer despesa considerada prioritária e na formação de superávit primário. A DRU também possibilita o manejo de recursos para o pagamento de juros da dívida pública, ou seja, assim como vimos na LRF, o intuito é tão somente garantir o retorno financeiro aos credores.

Todas as mudanças listadas acima foram realizadas sob o argumento de estabilização da economia brasileira. Na verdade, se criou, como explica Paulani (2011), um estado de “emergência econômica”, onde todas as ações do governo são voltadas a agradar o mercado financeiro, sempre em busca de credibilidade que, ao menor sopro de crise, retira seu capital do país.

Se correto fosse o argumento utilizado para realizar tais reformas, teríamos hoje uma economia forte, com investimentos direcionados ao setor produtivo, mas o que temos visto ao longo do tempo é uma deterioração cada vez maior da indústria nacional. Visto que a riqueza só pode ser gerada através da produção, fica claro que a estabilidade econômica necessariamente passa por investimentos no setor produtivo.

Paulani (2011) mostra que um dos sinais mais evidentes do declínio de nossa economia é a trajetória claramente descendente da formação bruta de capital fixo (FBKF) medida como proporção do PIB (FBKF/PIB).

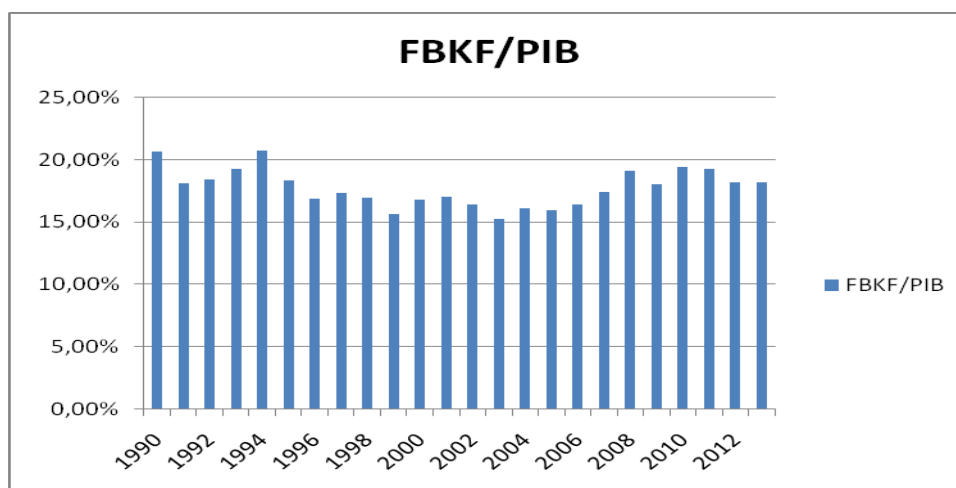
A formação bruta de capital fixo é o valor total dos investimentos brutos (sem deduzir o uso devido à depreciação e à obsolescência) em capital fixo (máquinas e equipamentos, edificações e estruturas, rebanhos e culturas permanentes) realizados pelas empresas públicas e privadas no ano. O aumento do valor em FBKF representa, portanto, um aumento bruto na capacidade produtiva do país.

Paulani mostra que a relação FBKF/PIB chegou ao patamar de 25% em meados dos anos 1970, caindo a cerca de 14% no início dos anos 2000.

Ao longo dos anos 1980, a FBKF/PIB da economia brasileira foi, em média, de 18,55%. Ainda que muito inferior se comparado à performance da década de 1970 (média de 23,1%), essa taxa é muito mais substantiva do que a observada na década de 1990 (15,05%). Depois da débâcle do real forte (1999), essa razão caiu ainda mais: a média do período 2000-2004, incluindo este último ano, cai para 14,07%; e a média do último triênio (2002-2004), para 13,6% . (PAULANI, 2011, p73)

Analisando os dados mais recentes, podemos ver que não houve qualquer sinal de reversão (Figura 1). A taxa de investimento, a preços correntes do ano 2000, de acordo com dados do IBGE, manteve-se sem grandes alterações. As pequenas variações apresentadas são frutos muito mais das variações de preços de máquinas e equipamentos que de uma política voltada ao investimento.

Figura 1: Taxa de Investimento



Taxa de investimento a preços correntes – referência 2000

Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais Referência 2000 (IBGE/SCN 2000 Anual)

A consequência direta da falta de investimento é que o país não apresenta hoje qualquer sinal de que possa, em curto prazo, melhorar as condições de produção e geração de emprego.



A anêmica formação de estoque de riqueza na economia brasileira, principalmente a partir dos anos 1990, tem como uma de suas consequências funestas a incapacidade de crescimento do país, uma vez que não criadas, a cada ano, as condições para a produção de um fluxo futuro aumentado de bens e serviços. (PAULANI, 2011, p75)

Se fossem corretos os argumentos que levaram a todas essas mudanças na economia brasileira, o resultado seria outro, mas como já dissemos, criou-se uma espécie de estado de emergência econômica que tem como único objetivo agradar ao mercado, mantendo uma imagem de bom pagador, pouco importando se os resultados serão desastrosos para a população, o importante é tão somente manter o país no circuito mundial de valorização financeira.

O país enfrenta hoje uma grave crise financeira. Segundo Fattorelli, o quadro brasileiro é devastador, “*capaz de devolver milhões de brasileiros aos nada saudosos patamares da miséria*”. As políticas de ajuste fiscal implementadas anulam todas as possibilidades de reação da economia.

Nada das pautas estruturais foi objeto de enfrentamento. O que se fez foi política periférica, a exemplo do programa Bolsa Família e do programa Minha Casa Minha Vida. O atual momento do governo resulta do fracasso de todas as suas políticas. Tivessem sido enfrentadas as pautas estruturais, não passaríamos hoje pelo que estamos passando. E no momento, com toda a crise ética e política, aliada à crise econômica gerada por um modelo que todos sabiam que ia dar nisso, dado sua insustentabilidade, fica muito difícil segurar.<sup>1</sup>

Diante disso, o que vemos é um modelo econômico que agrava as injustiças sociais em defesa da dominação da classe burguesa. Para a imensa maioria da população, a realização dos direitos sociais assegurados em nossa constituição continua sendo uma utopia.

Em 2015, os principais setores produtivos do país apresentaram recuo, além de renovar as taxas históricas de desemprego a cada novo levantamento realizado pelo IBGE.

A taxa de desocupação em dezembro de 2015 atingiu o patamar de 6,9%. No acumulado de 2015, a taxa média de desemprego foi de 6,8%, de acordo com o IBGE, interrompendo a trajetória de queda no desemprego que vinha ocorrendo desde o ano de 2010, conforme esclarece o próprio órgão.

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos –ABIMAQ– divulgou, em 27 de janeiro de 2016, que, em 2015, o setor industrial teve sua terceira queda

---

<sup>1</sup>FATTORELLI, Maria Lúcia, **O Brasil está parado, mas os bancos continuam lucrando**, correio da cidadania, disponível em [www.correiodacidade.com.br](http://www.correiodacidade.com.br)

anual consecutiva em faturamento. O recuo foi de 14,5%. As exportações somaram US\$ 8,03 e as importações, US\$ 18,82 bilhões – quedas de 16,2% e 23,3%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Apenas neste setor, 45 mil postos de trabalhos foram fechados ao longo de 2015 e as perspectivas para este ano continuam sendo desanimadoras. A ABIMAQ estima que cerca de 20 mil vagas sejam eliminadas em 2016.

Em contrapartida, segundo a Federação dos Bancários do Paraná (FEEBPR), o setor bancário brasileiro apresentou, para o ano de 2015, recordes de lucros, mostrando não sentir os efeitos da crise econômica. Entre os cinco maiores bancos brasileiros todos apresentaram aumento de lucros. O Itaú Unibanco apresentou um lucro líquido de R\$ 23,35 bilhões, com variação positiva de 15,4% em relação ao ano anterior. O Bradesco, com lucro de R\$ 17,19 bilhões teve aumento de 14% em relação ao ano anterior. Da mesma forma, o Banco do Brasil, com lucro de R\$ 14,4 bilhões teve variação positiva de 28% em relação a 2014. A Caixa Econômica Federal apresentou lucro de R\$ 7,2 bilhões, com lucro praticamente estável. O Santander apresentou lucro de 6,6 bilhões, com 13,2 % de aumento em relação ao ano anterior.

### 2.3 A INFLAÇÃO E A DÍVIDA PÚBLICA

Campos (1999), mostra que a Dívida Pública é a forma reflexa da taxa de inflação. O governo capitalista ao passar ao centro da economia, após a crise de 1929, institucionalizou o déficit permanente.

Sob o sistema monetário ouro, os déficits de caixa eram cobertos por empréstimos ou pela produção adicional de ouro. Ao abandonar o padrão ouro, em 1933, o governo passa a produzir o dinheiro que antes tinha de tomar emprestado. Nesse ponto, a dívida pública deveria ter se encerrado. No entanto, a dívida pública dos Estados seguiu aumentando.

Por que ela não desapareceu, mas ao contrário, se expandiu? Porque ela passou a ser essencial para restringir e limitar o poder de compra e a circulação do dinheiro-estatal, conservando-o como meio de pagamento no setor relacionado ao pagamento de funcionários públicos, trabalho improdutivo, estradas, estádios, produtos bélicos e semelhantes, comprados apenas pelo Governo. (CAMPOS, 1999, p16)

O homem médio possui propensão ao consumo. Essa quantia despejada no mercado pelo governo, ao cair na mão desses consumidores, acaba por inundar o mercado, elevando exponencialmente a taxa de inflação. O governo teria então de aumentar a emissão de moeda para garantir a compra de novas mercadorias.

Dessa forma, o Governo é obrigado a emitir títulos da dívida pública, bombeando parte da moeda emitida, retirando de circulação parte daquilo que foi emitido e limitando o poder de compra da população. *“A dívida pública permanece e amplia-se porque ela passa a ser o contrapolo do dinheiro-estatal, que marca o curso, o circuito daquele dinheiro e mantém a inflação dentro de taxas que permitem a reprodução do sistema”* (CAMPOS, 1999, p16).

A dívida pública aumenta, portanto, como uma contraprestação ao aumento da inflação. Não aumentando a dívida, aumenta a inflação. *“O aumento da dívida pública é a forma que assume o crescimento da taxa de inflação e que a disfarça. A taxa de aumento da dívida pública é a forma reflexa de existência da taxa de inflação”* (CAMPOS, 1999, p16).

## O SISTEMA DA DÍVIDA

A dívida pública corresponde a obrigações assumidas pelo Estado – em âmbito federal, estadual ou municipal – ou por entidades do setor público, ou seja, abrange empréstimos contraídos pelo Estado junto às instituições financeiras públicas ou privadas, no mercado financeiro, bem como junto a empresas, organismos nacionais e internacionais, pessoas ou outros governos.

A Auditora Fattorelli, tem realizado inúmeros estudos a respeito da dívida pública brasileira. Nesses estudos, a autora revela um verdadeiro esquema de escoamento do dinheiro público, identificando um sistema que garante a perpetuação das dívidas e a dominação financeira.

Esses mecanismos se iniciam em cenários de oferta excessiva de crédito em condições que beneficiam apenas e tão somente o setor bancário – privado, bilateral e multilateral. Logo em seguida induzem à autogeração de novas dívidas e à sua contínua multiplicação, principalmente devido ao impacto dos onerosos custos e das medidas impostas por organismos internacionais, que provocam danos econômicos, financeiros, patrimoniais, sociais e ambientais. (FATTORELLI, 2013, p42).

Em princípio, a dívida pública não deveria ser algo nocivo. Ela consiste em instrumento cuja finalidade deveria ser a obtenção de recursos para financiar os orçamentos governamentais ou os investimentos públicos. Deveria, portanto, ser orientada no sentido de aportar recursos para melhorar a gestão pública, viabilizando o cumprimento dos direitos sociais, financiando investimentos e contribuindo para o desenvolvimento econômico.

Ainda assim, a utilização desse instrumento financeiro deveria ser apenas complementar. Apenas para os casos onde não houvesse suficiência de recursos é que se deveria recorrer ao endividamento público, visto que a principal fonte de recursos dos Estados deve ser a arrecadação tributária.

Tais critérios não têm sido aplicados na prática, devido à utilização da dívida pública de maneira completamente distorcida. Em outras palavras, em vez de representar um ingresso de recursos, o endividamento público passou a ser um mecanismo de saque ao qual denominamos “Sistema da Dívida”. (FATTORELLI, 2013, p42).

Logo após a geração de dívidas, tal sistema entra em operação. O que ocorre a partir de então é um crescimento da dívida sem nenhuma contrapartida, não há entrada de recursos nos cofres públicos, a dívida aumenta como se tivesse vida própria, segundo a autora (2013, p49). *“Logo após a sua geração, a dívida segue crescendo e multiplicando-se em decorrência de seus elevados custos e devido aos aspectos circundantes ao sistema, tais como ajustes fiscais, anti-reformas, modificações das leis, controle inflacionário, arranjos contábeis, etc...”*

Estudos da desenvolvidos sob comando da autora evidenciam os mecanismos que geram dívida pública, vejamos;

Em primeiro lugar, as ofertas excessivas de créditos e financiamentos de megaprojetos. O excesso de crédito dos anos 1970 encontrou abrigo nos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil. As condições de empréstimos eram tão onerosas que submeteram os países a um crescente endividamento, abrindo espaço para intervenção de organismos internacionais, tais como FMI e Banco Mundial. Como uma das consequências, o FMI “recomendou” na década de 1990, a privatização de todo patrimônio público para quitar parte dessa dívida. (FATTORELLI, 2013)

Outra fonte de endividamento apontada são os Empréstimos Bilaterais Ligados. Esses são empréstimos que deveriam estar ligados à compra de bens e serviços, ou seja, o país que concede o empréstimo é quem lhe vende o serviço ou bem (FATTORELLI, 2013).

As sucessivas conversões de dívidas públicas, ou seja, a mera novação das dívidas, também contribui para o aumento do endividamento. *“Sucessão de trocas, conversões, refinanciamentos e renovações de dívidas públicas que geram novas dívidas”*. (FATTORELLI, 2013, p53).

De modo geral, estas trocas ocorrem em condições mais onerosas para os países, diante de novas exigências dos credores.

Estudos da autora apontam que esse mecanismo é utilizado para transformar dívidas ilegítimas em dívidas com uma roupagem de legalidade, configurando um verdadeiro roubo aos cofres públicos. O plano Brady, é citado por Fattorelli (2013) como exemplo, aplicado pelo organismos internacionais em cerca de 20 países por volta de 1994, configura-se em uma das mais escandalosas conversões da história.

Essa conversão foi uma operação extremamente onerosa e não considerou o baixo valor daquelas dívidas anteriores no mercado secundário. Além disso, obrigou que fosse constituída garantia colateral monetária expressa em Treasury Bonds dos Estados Unidos, que deveria permanecer depositada no FED. Tal operação cobrou comissões, honorários para

escritórios jurídicos, altas taxas de remuneração, capitalização de juros de mora e outras penalidades, determinando-se, sobretudo, a existência de vícios de anatocismo e usura. (FATTORELLI, 2013, p54)

Dados apresentados por Fattorelli (2013) mostram que a dívida brasileira teve, com esta conversão, um incremento de cerca de 30 bilhões de dólares, sem qualquer ingresso de recurso para o tesouro nacional. A consequência natural desse aumento da dívida foi um aumento nos valores desembolsados para quitar parcelas dos empréstimos, o que ocasionou uma piora no quadro econômico dos Estados devedores. A solução apresentada pelo FMI foi a privatização, com os referidos títulos sendo aceitos como parte do pagamento.

As conversões de dívida externa em dívida interna e vice-versa também são responsáveis por aumento da dívida sem qualquer entrada de recurso nos cofres. Emitem-se títulos da dívida interna para pagar amortizações do capital principal da dívida externa. De modo geral, as condições assumidas nessas novas emissões ocorrem em condições menos vantajosas. Como exemplo, temos que em 2005, durante o governo Lula, o Brasil antecipou ao FMI pagamento de parte da dívida externa. Foi realizado pagamento de US\$ 15,5 bilhões mediante a emissão de novas dívidas com taxa de juros superior ao empréstimo quitado.

O pagamento antecipado ao FMI significou, na prática, a troca de dívida sobre a qual incidia uma taxa de juros anual de 4% por nova dívida interna, que na época remunerava à taxa de 19,3% ao ano, bem como de emissão acelerada da dívida externa, cuja taxa de juros estava, à época, no patamar de 8%. (FATTORELLI, 2012, p43)

A transformação de dívidas privadas em dívidas públicas também afeta sobremaneira o custo para os países devedores. Na década de 1980, o FED, e a Associação de Bancos em Londres, resolveram, de forma unilateral aumentar a taxa de juros internacionais. O aumento repentino e desproporcional das taxas de juros agravou a situação das finanças tanto do setor público como do setor privado ((FATTORELLI, 2012).

Nessa ocasião, o FMI e a associação de bancos exigiram que os bancos centrais dos países devedores passassem a subscrever, a partir de 1983, todos os acordos, não importando se a dívida era pública ou privada.

Naquela circunstância, o FMI e o Comitê de Bancos exigiram que os Bancos Centrais dos países (Equador, Brasil, Argentina e etc...) subscrevessem, a partir de 1983, sucessivos “acordos” que significaram o empacotamento de dívidas privadas e públicas, além, em alguns casos, da inclusão de dívidas representadas por simples “notas promissórias” de origem não identificada, que seriam referentes a compromissos financeiros assumidos para o financiamento de ditaduras militares. (FATTORELLI, 2013, p60)

A desregulamentação financeira ocorrida a partir da década de 1970 transformou o mercado de títulos públicos. Desde então, os títulos podem ser vendidos em mercados secundários, onde quer que estes operem. Os preços estipulados dos títulos levam em consideração as avaliações das agências qualificadoras (FATTORELLI, 2013).

Tais agências alegam que suprem os participantes do mercado de capitais com informações valiosas, como a indicação da capacidade de o emitente do título honrar sua dívida, e a qualidade do título emitido.

Quanto maior o risco atribuído por tais agências, maior deve ser o rendimento do título. Essas agências, na verdade constituem uma importante engrenagem de poder do setor financeiro. Após a crise financeira da década de 1980, tais agências passaram a atribuir risco aos países, levando como parâmetro os Estados Unidos, com risco “zero” (FATTORELLI, 2013).

No entanto, a atuação de tais agências é pautada em um relevante conflito de interesses, pois seus clientes mais importantes são os mesmos que são submetidos às avaliações de riscos. Como resultado, temos diversos casos que evidenciam a falta de credibilidade de tais agências, por exemplo, a quebra das empresas ENRON e WORLDCOM. (FATTORELLI, 2013).

O grande poder adquirido pelo mercado financeiro reflete-se ainda nos sucessivos salvamentos bancários praticados com dinheiro público. Parafraseando Harvey, “*privatizar os lucros e socializar os riscos*” (HARVEY, 2011, P16). A crise de 2008 fez com que o Estado norte-americano desembolsasse cerca de 16 trilhões de dólares com a finalidade de socorrer o sistema bancário, conforme dados da auditoria cidadã da dívida.

No Brasil, na década de 1990, tivemos os programas de salvamento intitulados PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Bancário), no âmbito nacional e PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária), no âmbito estadual. Levado a cabo no Governo de FHC, O PROER resultou em 40 Bilhões de dólares transferidos aos bancos, já o PROES, levou aos bancos 69 bilhões de dólares, dinheiro este retirado dos cofres públicos e repassado diretamente ao sistema financeiro, gerando dívida pública, (FATTORELLI, 2013).

## 2.5 A PRIMAZIA DO JURO NO ORÇAMENTO PÚBLICO

A informação e o conhecimento são as armas mais importantes que podemos utilizar. De modo geral, quem concentra conhecimento e informação, possui melhores condições para defender seus interesses. Obviamente, isto se aplica também às finanças.

Dessa forma, torna-se necessário mostrar à sociedade a importância quanto ao entendimento do processo orçamentário brasileiro. É fundamentalmente o trabalhador quem sustenta toda a máquina governamental através do pagamento de tributos, mas nem sempre há o acompanhamento, por parte da população, quanto ao destino do dinheiro arrecadado pelo Estado.

Primeiramente, vejamos a carga tributária brasileira. Baseada principalmente sobre o consumo, ela acaba onerando de forma muito mais forte a parcela mais pobre da população. Com um modelo tributário regressivo, quanto mais renda, menos impostos se paga.

Farias e Siqueira (2012), citam dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, OCDE, e mostram que no Brasil mais de 50% da carga tributária é originada no consumo, enquanto apenas cerca de 20% é oriunda da renda.

Ou seja, mais da metade da arrecadação do Estado brasileiro provém de tributos que incidem sobre bens e serviços, com baixa tributação sobre a renda. De acordo com a OCDE, nos países desenvolvidos, a tributação sobre renda e patrimônio chega a cerca de 2/3 da arrecadação.

A Constituição Brasileira, em seu artigo de número 145, parágrafo primeiro, afirma:

Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

No entanto, ao basear a carga tributária sobre o consumo, esta recai, indiretamente, com um impacto maior, sobre os segmentos de baixa ou nenhuma renda, aumentando ainda mais as desigualdades e tornando a distribuição de renda algo impossível de ser realizada.



Enquanto a elite grita que no Brasil se paga muito imposto, o que pode ser plausível se comparado o que pagamos aos serviços que recebemos, a falta de conhecimento da população acerca da carga tributária mostra-se, a nosso ver, uma ferramenta nas mãos de quem detém o poder econômico e patrocina mudanças nas leis tributárias.

Em artigo publicado no livro *A Sociedade Justa e seus inimigos*, Farias e Siqueira (2012) comentam estudo da Escola de administração Fazendária, realizado em 2010, que revelou que quase 30% da população pesquisada declarou “não pagar imposto algum” e 52,7% dos entrevistados declararam que o valor pago estava dentro de sua capacidade financeira.

Ou seja, enquanto a burguesia e classe média alta brigam para pagar menos, a falta de conhecimento leva quase 30% da população a acreditar que sequer paga imposto. Posto isso, desde a década de 1990, a carga tributária tem se voltado para o consumo,

Somente nas décadas de 1970 e 1980 tivemos uma predominância da tributação sobre a renda, mas, com a chegada em terras brasileiras do projeto neoliberal, a tributação sobre o consumo retomou a dianteira, representando hoje mais de 50% da carga tributária bruta” (FARIAS e SIQUEIRA, 2012, p37).

Dessa forma, a classe trabalhadora, além de não receber serviços públicos de qualidade, é responsável pela maior parte das receitas tributárias arrecadadas pelo Estado, descumprindo claramente o mandamento constitucional listado acima. Mas para onde vai este dinheiro, já que não retorna à população em forma de serviços públicos de qualidade?

Com as reformas neoliberais aplicadas ao longo dos últimos 30 anos, vimos, como já demonstrado, um aumento do poder do mercado financeiro. Tudo se fez para que se garantisse, em primeiro lugar, o retorno de lucros aos credores. Além disso, optou-se por taxar de forma mais radical aqueles que estão na base da pirâmide, adotando um modelo de tributação regressiva.

Pela lógica, deveria pagar menos imposto quem menos possui recursos, e o Estado deveria se preocupar primeiramente com os mais necessitados, se isso fosse verdade, o orçamento a ser executado deveria priorizar os gastos sociais, mas, vejamos.

A dívida pública federal atingiu ao final de 2015, conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2,79 bilhões de reais, entre dívida federal interna e externa, e essa dívida teve, ao longo de 2015, um custo médio de 15,74%. Ou seja, os detentores da dívida pública

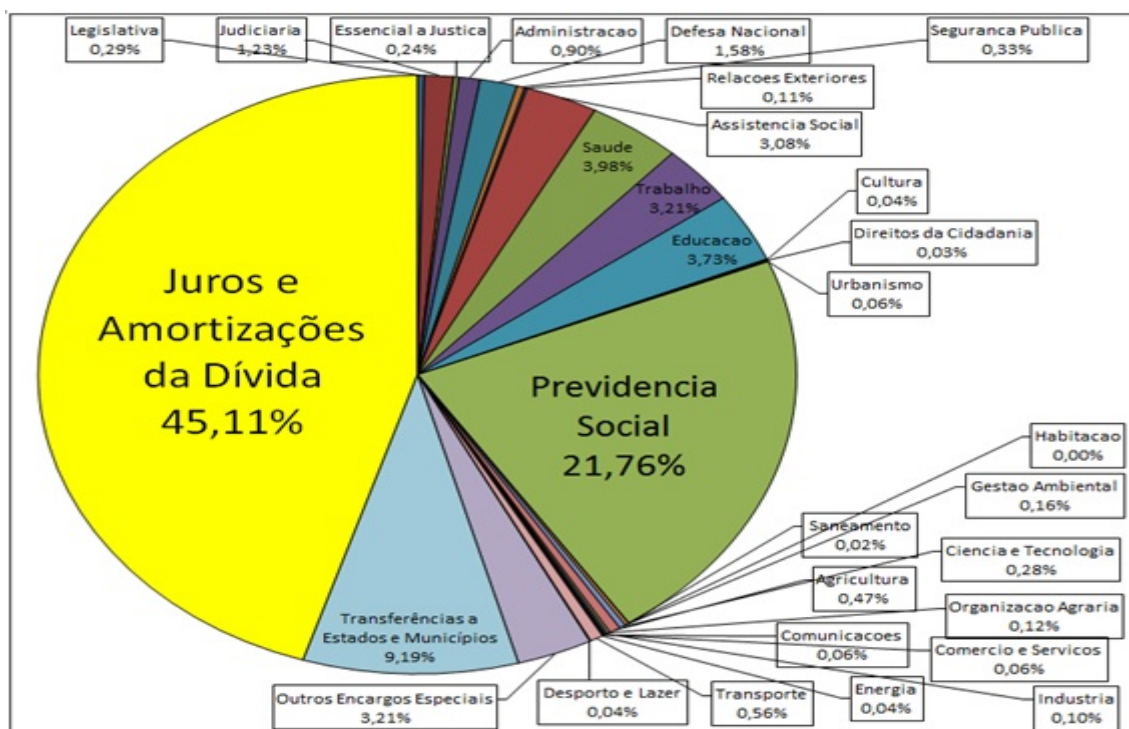
tiveram em média um rendimento cerca de 5% acima da inflação (o IGP-M apurado para o período foi de 10,54%), enquanto isso, a maioria dos trabalhadores sequer tiveram, para o mesmo período, reposição dos índices inflacionários.

Os dados apresentados pelo Senado Federal para o ano de 2015 mostram que, enquanto o governo federal gastou cerca de R\$ 980.422.529.557 com outras despesas correntes, o que engloba os gastos sociais, tais como previdência, educação, saúde, transferências a estados e municípios, etc., o mesmo governo dispõe de R\$ 208.360.341.749 com juros e encargos da dívida e ainda R\$ 753.850.049.574 para amortização e refinanciamento da dívida.

Levando em consideração que o orçamento geral da União (pago), de acordo com dados do Senado Federal, o ano de 2015 foi de cerca de R\$ 2.267.598.157.831, podemos ver que os serviços da dívida representaram cerca de 42% do orçamento desembolsado, visto que totalizaram, (juros, amortizações e refinanciamentos) R\$ 962.210.391.323. Além disso, os valores gastos com previdência, educação e saúde, além de transferências obrigatórias para os estados representaram praticamente os mesmos valores do direcionado à dívida.

Para o ano de 2014, o resultado apresentado também não foi diferente, gráfico elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida mostra que naquele ano, o orçamento federal destinou cerca de 45% do total ao serviço da dívida.

Figura 2: Distribuição Orçamentária (2014)



Fonte:

FONTE: Auditoria cidadã da Dívida

Embora os valores apresentados como rolagem e financiamento representem a princípio mera rolagem de dívida, estudos da auditoria cidadã mostram que há inconsistências nessas informações. Isso ocorre devido ao fato de que a despesa com juros divulgada acima se encontra subestimada.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2015), mostra em seus conceitos que amortização da dívida refere-se a “*Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária*”. (MCASP, 2015, p73).

Sendo assim, parte daquilo que é contabilizado como amortização, na verdade trata-se de juros pagos aos credores da dívida pública. Tal fato foi denunciado em pela auditoria cidadã da dívida em relatório técnico emitido em 2013. Os estudos realizados por tal organização mostram que: “*Constata-se, assim, que desde o Plano Real o governo tem divulgado somente parte dos juros que supera a atualização monetária calculada com base na variação do IGP-M, pois segrega a outra parte (correspondente a esta variação monetária) e a contabiliza como se fosse amortização*” (FATTORELLI, 2012, p226)

Logo, podemos concluir que a parcela de juros é ligeiramente superior ao valor divulgado de R\$ 208.360.341.749 para o ano de 2015. O IGP-M para o referido ano alcançou a taxa de aproximadamente 10,54%. Como exemplo, Dados da Auditoria Cidadã da dívida mostram que em 2012, enquanto o governo divulgou um gasto de aproximadamente 134 bilhões de reais com juros, na realidade o gasto pode ter chegado a cerca de 286 bilhões de reais.

Mesmo levando em consideração apenas a parcela de juros divulgada pelo governo, que se referem ao juro real, pode ver que o valor é muito superior ao destinado ao programa bolsa família, por exemplo.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. De acordo com o governo, o programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e saúde, combatendo a fome e promovendo segurança alimentar e nutricional. Atualmente, conforme dados da Caixa Econômica Federal cerca de 13,9 milhões de famílias são beneficiadas com o programa.

O público alvo do programa são as famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. São consideradas extremamente pobres aquelas que possuem renda mensal de até R\$ 77,00 por pessoa da família. E em situação de pobreza aquelas com renda entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 por pessoa.

O benefício básico é de R\$ 77,00 mensais, independente da composição familiar. Já o benefício variável, no valor de R\$ 35,00 é oferecido às famílias que possuam em sua composição mulheres grávidas, mães que se encontram em fase de amamentação e/ou crianças ou adolescentes entre 0 e 16 anos de idade. Cada família pode acumular até cinco deles por mês, totalizando R\$ 175,00 por mês.

Além disso, O benefício Variável para Jovem, de R\$ 42,00, é concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos, matriculados na escola. A família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R\$ 84,00.

As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício básico e o variável e ainda o variável jovem. Levando em consideração que uma família se enquadre em todas as situações, o valor máximo a receber seria de R\$ 336,00 mensais, conforme tabela abaixo. O valor médio recebido em 2015 foi de R\$ 167,95 por família, segundo dados do portal Brasil.

Quadro 2 : Programa Bolsa Família

<b>Bolsa Família</b>			
		Limite de Beneficiários	Valor Máximo Recebido
Benefício Básico	R\$ 77,00		R\$ 77,00
Benefício Variável	R\$ 35,00	5	R\$ 175,00
Benefício Variável Jovem	R\$ 42,00	2	R\$ 84,00
Valor Máximo por Família			R\$ 336,00

Fonte: Elaboração Própria

A importância do programa para a população mais pobre dispensa qualquer comentário. A complementação de renda através do programa representa para milhões de brasileiros a oportunidade de ter ao menos uma refeição, impedindo que se morra de fome.

O governo federal destinou, em 2015, cerca de 27,7 bilhões de reais para o programa bolsa família. Enquanto isso, o mesmo governo destinou cerca de 208 bilhões de reais apenas em juros reais, pagos pelo governo em função da dívida pública.

Levando em consideração dados da mídia brasileira, a situação ainda piora. O site contas abertas divulgou reportagem comparando a despesa com juros autorizada para 2015 com os gastos do bolsa família:

Os gastos do governo com juros são altos e devem permanecer em níveis elevados. Só neste ano, R\$ 277,3 bilhões estão autorizados em orçamento com “juros e encargos da dívida”. O montante é semelhante ao que o governo federal desembolsou para o principal programa social, o Bolsa Família. Nos últimos 15 anos, R\$ 221,7 bilhões foram destinados para transferência de renda às famílias mais carentes do país.<sup>2</sup>

Ou seja, apenas os gastos com juros autorizados para o ano de 2015 seriam suficientes para pagar o programa bolsa família durante 15 anos.

Em matéria do portal eletrônico Carta Maior, estão apresentadas as propostas para recuperação econômica do país

Mas as maiores perversidades do pacote de intenções referem-se às reduções previstas para área social, como já preconizava o documento “A ponte para o futuro” da Fundação Ulysses Guimarães do PMDB. Ainda que sejam todas propostas que necessitam aprovação de lei ou mudança constitucional, elas apontam para o terrível risco de retrocesso nas políticas públicas de natureza social. O governo fala em alterar a política de valorização do salário mínimo. O governo fala em desvincular os benefícios da previdência social do piso salário mínimo. O governo fala em estabelecer tetos para as despesas públicas, mas estão excluídos desse procedimento os gastos financeiros com juros e serviços da dívida pública. O governo fala em retirar os percentuais obrigatórios de despesas com saúde e com educação. O governo fala em avançar na flexibilização das relações trabalhistas, incorporando uma proposta irresponsavelmente apresentada pela CUT, onde está previsto que o negociado entre empresas e sindicatos pode ser contrário ao previsto na legislação.<sup>3</sup>

Já no portal eletrônico do Jornal Valor Econômico, estão as intenções do novo governo, alteração das regras da previdência, flexibilização dos direitos trabalhistas e corte de gastos na saúde e educação, tudo em busca de garantir superávit primário.

A lista incluirá uma mudança na Previdência que unifique todos os sistemas incluindo trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos e idade mínima de 65 anos; liberdade para que as negociações trabalhistas prevaleçam sobre a legislação; uma desvinculação de receitas que pode chegar a 50% e o fim da vinculação de benefícios sociais ao salário mínimo. O teto para o gasto público alcançará todas as despesas da União, incluindo as obrigatórias como aposentadorias e os gastos constitucionais com Saúde e Educação. O governo pretende fixar uma taxa de crescimento nominal para as despesas de tal forma que, à medida que a arrecadação se recupere, a despesa cresça num ritmo mais lento e

---

<sup>2</sup><http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/11858>

<sup>3</sup><http://cartamaior.com.br/?Editoria/Economia/Cronica-das-maldades-anunciadas/7/36180>

ao longo dos anos **sobre dinheiro para elevar o superávit primário** das contas do governo e reduzir a dívida pública.<sup>4</sup>

Assim, em tempos de crise, as medidas em curso apontam para corte de gastos sociais com a finalidade de realizar superávit primário, garantindo primeiramente o pagamento de juros da dívida.

---

<sup>4</sup> [HTTP://www.valor.com.br/brasil/4575225/governo-propoe-quatro-reformas-constitucionais](http://www.valor.com.br/brasil/4575225/governo-propoe-quatro-reformas-constitucionais)

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inúmeras alterações ocorridas, desde a década 1970, alteraram o capitalismo de forma substancial. O setor produtivo perde o protagonismo para o mercado financeiro, que, com uma quantidade infindável de instrumentos financeiros “criam” capital sem qualquer lastro, baseado somente em movimentos especulativos.

Esse capital especulativo busca valorização a qualquer custo, e encontra, especialmente em países periféricos, as tão desejadas oportunidades. A dívida pública destes países funciona então como o mecanismo ideal para a valorização deste capital.

O elevado custo dessa remuneração recai, basicamente, nos ombros do trabalhador, duplamente explorado, primeiro ao vender sua força de trabalho e em seguida, sendo o principal financiador do Estado, que por sua vez irá remunerar (e muito bem) os rentistas.

Desde o início da década de 1980 o Brasil foi preparado para ingressar neste jogo. Alterações na legislação, abertura econômica, plano de estabilização da economia, regime de metas de inflação, reforma previdenciária, tudo foi realizado com o único intento de inserir o Brasil como plataforma de valorização financeira.

O pagamento de juros tornou-se o principal objetivo do governo brasileiro. A dívida pública se reproduz como se tivesse vida própria, os elevados juros praticados no país, sob o argumento de controle da inflação, elevam a remuneração dos rentistas e funciona como uma distribuição de renda às avessas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal limita os gastos do governo com o único objetivo de obter o tal superávit primário. A DRU, retira da seguridade social 30% dos recursos das contribuições sociais, recurso que deveria ir para a seguridade social.

O Plano Real, vendido como programa de estabilização econômica, não foi capaz de recolocar o país em rota de crescimento. Serviu muito mais a interesses estrangeiros, levando indústrias nacionais à falência e congelando salários, com a finalidade de que a elite e a “classe média” alta pudessem realizar as mercadorias sobreacumuladas nos países hegemônicos.

Não há sinais de mudanças estruturais na economia brasileira, o que vemos é um decaimento do investimento na produção, reduzindo empregos e as alterações propostas retiram direitos dos trabalhadores.

Os argumentos utilizados não se sustentam. O propagado déficit da previdência, na verdade é superávit. O “elevado gasto” com programas sociais, como o bolsa família, são insignificantes se comparados aos gastos com juros.

O gráfico do orçamento federal apresentado escancara a política dos governantes. Enquanto mais de 40% de todo o orçamento é destinado ao serviço da dívida, apenas cerca de 3% é destinado à educação.

Não bastasse o humilhante percentual do orçamento destinado à educação, a situação piora quando analisamos o que foi destinado para a ciência e tecnologia, apenas 0,28% do orçamento.

O que vemos, é o impressionante descaso de governantes com a população. Trabalha-se para garantir a detentores de títulos da dívida pública o retorno de seus investimentos. Cortam-se gastos sociais com o único intuito de garantir o pagamento de juros da dívida, sinalizando ao mercado que sim, somos bons pagadores, mesmo que isso signifique o desvio de recursos que deveriam ser investidos em prol das camadas mais pobres da população.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório Mensal da Dívida Pública Federal**. Disponível em <<http://tesouro.fazenda.gov.br/>>. Acesso em maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público**. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>>. Acesso em maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/)>. Acesso em abril de 2016.

\_\_\_\_\_. IPEA/DATA. **Taxa de Investimento. Séries**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx>>. Acesso em abril de 2016.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **LOA 2015 – Execução Orçamentária por Grupo Natureza de Despesa - GND**. Disponível em <<http://www8d.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=684730>>. Acesso em Maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **LOA 2015 – Execução Orçamentária por Grupo Natureza de Despesa - GND**. Disponível em <<http://www8d.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=684730>>. Acesso em Maio de 2016.

Contas Abertas. **Despesa com juros em 2015 é maior do que 15 anos de bolsa família**. Disponível em <<http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/11858>>. Acesso em Maio de 2016.

Carta Maior. **Crônica das Maldades Anunciadas**. Disponível em <<http://cartamaior.com.br/?Editoria/Economia/Cronica-das-maldades-anunciadas-/7/36180>>. Acesso em Maio de 2016.

Carta Capital. **Manipulações e desrespeito à Constituição Ocultam Saldos Positivos**. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/revista/904/o-deficit-e-miragem>>. Acesso em junho de 2016.

Valor Econômico. **Governo Propõe quatro reformas constitucionais**. Disponível em <[HTTP://www.valor.com.br/brasil/4575225/governo-propoe-quatro-reformas-constitucionais](http://www.valor.com.br/brasil/4575225/governo-propoe-quatro-reformas-constitucionais)>. Acesso em Maio de 2016.

Correio da Cidadania. **O Brasil está parado, mas os bancos continuam lucrando.** Disponível em

<[http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=11148:2015-10-09-21-28-26&catid=72:imagens-rolantes](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11148:2015-10-09-21-28-26&catid=72:imagens-rolantes)>. Acesso em Abril de 2016.

Auditoria Cidadã da Dívida. **Dividômetro.** Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em: Maio de 2016.

Auditoria Cidadã da Dívida. **Gráficos do Orçamento de 2014.** Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em: Maio de 2016.

ABIMAQ. **Ajuste no Emprego deve continuar em 2016.** Disponível em <<http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Imprensa-Clipping-Tendencias>>. Acesso em Maio de 2016.

Caixa Econômica Federal. **Bolsa Família.** Disponível em <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>> Acesso em Maio de 2016.

Boletim FUNCEF, Maio de 2016.

CANCIAN, Renato. Educação UOL. **Estado do Bem-Estar Social: História e Crise do Welfare State.** Disponível em <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm>>. Acesso em Abril de 2016.

FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS DO PARANÁ. Disponível em <<http://www.febpr.org.br/lucroban.htm>>. Acesso em maio de 2016.

CAMPOS, Lauro. **Crise Completa: A economia política do não.** São Paulo: Boitempo, 2001.

CAMPOS, Lauro. **Inflação: Um Problema Metodológico.** Brasília: Senado Federal, 1999.

CATTANI, Antônio David, OLIVEIRA, Marcelo Ramos (Org). **A sociedade Justa e Seus Inimigos.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. et alii. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo, Xamã, 2003.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados.** Brasília: Inove Editora, 2013.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Caderno de Estudos – A Dívida Pública em Debate**. Brasília, 2012.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Auditoria Cidadã da Dívida Pública – Experiência e Métodos**. Brasília, Inove Editora, 2013.

GALBRAITH, John Kenneth. **1929: A Grande Crise**. São Paulo, Larousse, 2010.

GUEDES, Odilon. **Orçamento Público e Cidadania**. São Paulo: LF Editora, 2013.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crise do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012.

HILFERDING, R. **Le capital financier**, Paris, Minuit, 1970.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do emprego, do juro e do dinheiro**, Brasil/Portugal, Fundo de Cultura, 1970.

LIMA, Carlos Alberto Ferreira. **Violência e Esvaziamento Humano na Dominação do Capital Fictício (Um Breve olhar)**. Brasília: Revista do CEAM, 2013.

LAPYDA, Ilan. **A “financeirização do capitalismo contemporâneo: Uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey**. Tese de Mestrado. Departamento de Sociologia, USP, São Paulo, 2011.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery: Servidão financeira e Estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

TOUSSAINT, Eric, SP, **A bolsa ou a vida – a dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.